CDD reforçada

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A CDD (customer due diligence, due diligence de clientes) reforçada é obrigatória para três categorias e facultativa para uma quarta. As categorias obrigatórias são as pessoas politicamente expostas (PEPs), com seus familiares e colaboradores próximos, os clientes provenientes de países de maior risco ou a eles ligados e qualquer cliente que a avaliação da própria empresa classifique como de maior risco.[1] A quarta, facultativa, é qualquer situação em que estejam presentes os indicadores de alerta das Guidelines. As medidas reforçadas incluem obter a aprovação da alta administração para estabelecer ou manter a relação, apurar a origem do patrimônio e a origem dos recursos e realizar um monitoramento contínuo reforçado.

Pessoas politicamente expostas

A PSN02 segue a divisão do GAFI (FATF). As PEPs estrangeiras estão sempre sujeitas à CDD reforçada. As PEPs nacionais e as PEPs de organizações internacionais estão sujeitas à CDD reforçada quando a relação ou a transação apresentar risco mais elevado, o que a empresa deve avaliar.[2] A notice estende esse status aos familiares e colaboradores próximos. A pessoa que deixa de exercer a função pública proeminente continua sendo PEP até que a empresa avalie que o risco desapareceu, um juízo que depende do cargo exercido e do tempo decorrido e que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

deve ser documentado. A verificação em uma base de dados comercial de PEPs no onboarding e periodicamente depois é o mínimo. Confirmar um resultado positivo por uma segunda fonte e registrar a decisão é a prática esperada.

No contexto de DPT (digital payment token, token de pagamento digital), o risco de PEP surge com mais frequência por meio do cliente corporativo. Uma trading de Singapura cujo beneficiário final é parente de um ministro de um país vizinho constitui uma relação com PEP estrangeira desde o primeiro dia. As empresas que verificam apenas a entidade cliente e seus administradores deixam isso escapar. A verificação deve alcançar todos os beneficiários finais identificados.

Origem do patrimônio e origem dos recursos

Os dois conceitos são distintos, e as Guidelines os tratam como tal. A origem dos recursos é a procedência dos recursos ou tokens específicos usados na relação. A origem do patrimônio é a procedência do patrimônio líquido total do cliente.[3] Para clientes de DPT, ambas suscitam questões que as instituições de moeda fiduciária raramente enfrentam. Um cliente que deposita 200 ETH adquiridos em 2016 pode comprovar a origem dos recursos mostrando o histórico on-chain a partir do endereço de aquisição, e a origem do patrimônio mostrando a compra original em moeda fiduciária ou os registros de mineração. Um cliente que não consegue fazê-lo, e que explica a posse como um investimento antigo cujos registros se perderam, apresenta um problema que a empresa deve resolver no dossiê: ou corrobora por análise de blockchain (Capítulo VII), ou recusa.

Pergunta do cliente

“Nosso cliente é um family office de Singapura que deseja depositar S$ 15 milhões em Bitcoin adquiridos ao longo de vários anos em três exchanges, duas das quais já encerraram as atividades. O que o dossiê precisa conter?” O dossiê precisa conter o suficiente para que um responsável de compliance razoável conclua que o Bitcoin foi adquirido com patrimônio legítimo. Na prática, isso significa quatro coisas. - Os extratos de conta ou arquivos de exportação da exchange remanescente, para a parcela correspondente. - Para as exchanges encerradas, extratos bancários que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

mostrem as transferências em moeda fiduciária para elas nos anos relevantes, cotejados com os recebimentos on-chain em endereços controlados pelo cliente, com o cliente demonstrando o controle por meio de uma mensagem assinada. - Um relatório de análise de blockchain sobre os endereços de depósito que não mostre exposição relevante a contrapartes sancionadas, da darknet ou de mixers. - Uma narrativa da origem do patrimônio sustentada por declarações de imposto de renda ou demonstrações financeiras auditadas da empresa operacional da família. Se o cotejo deixar uma lacuna superior a um pequeno percentual, a empresa deve documentar por que aceita a explicação ou deve recusar essa parcela.

Notas

1. MAS Notice PSN02, par. 8 (enhanced customer due diligence), abrangendo pessoas politicamente expostas, países de maior risco e outros clientes de maior risco. ↩
2. MAS Notice PSN02, par. 8 (pessoas politicamente expostas) e par. 2 (definições de “politically exposed person”, “domestic politically exposed person”, “foreign politically exposed person” e “international organisation politically exposed person”). ↩
3. Guidelines to Notice PSN02, seção sobre CDD reforçada, origem do patrimônio e origem dos recursos; MAS, Guidance on Private Banking Controls, 2014 (como padrão de referência para a corroboração da origem do patrimônio). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.